

## Ata da 2ª Reunião da Comissão Nacional de Acompanhamento

Aos dias 18 de junho do ano de 2021, pelas 10h00, no Auditório do Teatro Thalia em Lisboa, reuniu pela segunda vez a Comissão Nacional de Acompanhamento, do Plano de Recuperação e Resiliência (adiante designado por CNA), presidida pelo Senhor Professor António Costa Silva e os seguintes membros da CNA:

Professor Doutor Álvaro Fernando de Oliveira Costa,

Professor Doutor Carlos Farinha Rodrigues,

Professor João Abel Peças Lopes,

Eng. José Manuel dos Santos Fernandes,

Professora Doutora Maria Júlia Fonseca Seixas,

Professora Maria Leonor Prata Cerqueira Sopas,

Eng. Rogério dos Santos Carapuça,

Professora Doutora Teresa Sá Marques,

Chefe de Gabinete do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, Dr. Francisco Monteiro da Silva, em representação do Governo Regional dos Açores,

Vice-Presidente do Governo Regional da Madeira, Dr. Pedro Calado, em representação do Governo Regional da Madeira,

Vice-Presidente José Ribau Esteves, em representação da Associação Nacional dos Municípios Portugueses

Vice-Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa, Dra. Carla Tavares em representação da Área Metropolitana de Lisboa,

Presidente do Conselho Metropolitano do Porto, Dr. Eduardo Rodrigues em representação da Área Metropolitana do Porto

Presidente do Conselho Diretivo da Associação Nacional de Freguesias, Dr. Jorge Manuel Veloso,

Presidente da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral, Dr. Vítor Proença

Vogal da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Eng. Júlio Pereira,

Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro Dr.ª Isabel Damasceno,

Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, Arquiteta Teresa Almeida,

Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, Dr. António José Ceia da Silva,

Presidente Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, Prof. Dr. José Apolinário,

Conselheira Francisca Guedes de Oliveira, em representação do CES – Conselho Económico Social,

Técnico do Gabinete de Estudos da CGTP-IN Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional, Dr. Tiago Cunha,

Secretária-Geral adjunta da UGT - União Geral de Trabalhadores, Dr.ª Ana Bernardo,

Presidente da CIP - Confederação Empresarial de Portugal, Dr. António Saraiva,

Diretor Executivo da CCP - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, Dr. José António Cortez,

Representante da CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal, Dr.ª Cláudia Costa

Secretário-Geral da CTP - Confederação do Turismo Português, Dr. António Abrantes,

Reitora do ISCTE, Prof. Maria de Lurdes Rodrigues, em representação da CRUP – Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas,

Presidente do CSISP - Conselho dos Institutos Superiores Politécnicos, Prof. Pedro Dominginhos,

Presidente do Conselho Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, Professor José Manuel Mendonça,

Padre Lino Maia, da CNIS - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade,

Presidente da União das Mutualidades Portuguesas, Dr. Luis Alberto Silva,

Conselheiro Prof. Doutor José Reis como representante do CNADS,

Presidente da Confcoop - Confederação Cooperativa Portuguesa, Dr. Rogério Cação.

**O Professor António Costa Silva** começou por saudar todos os participantes, tendo de seguida colocado à consideração e aprovação a ata da última reunião.

**O Prof. Dr. José Apolinário** solicitou a introdução de uma nota proferida aquando a sua intervenção nessa reunião.

**A Dr.ª Ana Bernardo** pediu a correção do cargo do membro da UGT que participou na reunião anterior e fosse indicado os nomes dos intervenientes na discussão no início da reunião.

**O Prof. Dr. José Reis** pediu que a nota enviada para o email do Ministério que fosse incorporada na ata.

**O Professor António Costa Silva** colocou à votação a ata, considerando as correções apresentadas.

A ata foi aprovada por unanimidade.

De seguida passou-se ao ponto dois da ordem de trabalho, Aprovação do Regulamento Interno.

**O Professor António Costa Silva** apresentou uma nova proposta de Regulamento Interno, assimilando os contributos dados pelos membros da CNA, na última reunião.

Proposta essa que contém alterações nos artigos segundo, quinto, sétimo, décimo primeiro e no décimo terceiro.

Iniciou-se o período de análise e discussão desta nova proposta de regulamento, usando da palavra:

**O Dr. Tiago Cunha** referiu que no geral não tem nada a opor à proposta apresentada, no entanto, solicita esclarecimento de interpretação na alínea d, do número um do artigo terceiro.

**O Professor António Costa Silva** esclareceu, tendo a questão ficado compreendida.

**O Dr. António Saraiva** pergunta se no regulamento interno da CNA, não deveria estar definido a composição da comissão permanente.

**O Professor António Costa Silva** referiu que a comissão permanente não é uma questão fixa, mas sim um modelo operacional. O importante no regulamento é fixar a metodologia.

**O Padre Lino Maia** iniciou por informar que nesta reunião representa também o Dr. Manuel Lemos a União das Misericórdias Portuguesas, por impossibilidade da participação deste.

Relativamente ao regulamento, propõe alteração do número quatro do artigo sétimo.

**O Professor António Costa Silva** disse que o que estava a propor foi exatamente o que tinha apresentado inicial, mas de forma a congregar todas as vontades tinha alterado. No entanto está disponível para voltar a colocar o prazo de dez dias para a convocatória.

**A Dr.ª Ana Bernardo** refere que no seguimento da intervenção do Dr. António Saraiva, propõe que o regulamento, deve pelo menos incluir os princípios da comissão permanente. Relativamente à questão do quórum para as reuniões, uma vez que não é definido o quórum deliberativo, dever-se-á aplicar as disposições do CPA, o que em algumas situações pode ser um problema visto ser possível ocorrer deliberações com um número bastante reduzido de membros. Falou ainda sobre as articulações das competências da CNA que estão no decreto-lei e o que surge no artigo oitavo.

**O Professor António Costa Silva** respondeu que as questões dos equilíbrios são fulcrais e que serão acauteladas. Relativamente à questão inerente ao artigo oitavo, respondeu que o regulamento já consagra tudo aquilo que está no decreto-lei.

**O Dr. Francisco Monteiro e Silva** reconheceu com agrado o avanço dos trabalhos conducentes à implementação do PRR, no entanto, o atual modelo de governação PRR consagrado no decreto-lei 29B/2021 de 4 de maio, não respeita o estatuto político administrativo das regiões dos Açores e da Madeira.

**O Professor António Costa Silva** referiu que é sensível aos argumentos das regiões autónomas porque considera que estas têm os seus estatutos próprios e que poderá ser constatado na apresentação do modelo que irá explicar onde as regiões autónomas serão tratadas separadamente, respeitando a sua autonomia.

Em seguida colocou à aprovação do regulamento com as correções que derivaram das intervenções dos membros da CNA.

O Regulamento Interno foi aprovado por unanimidade.

No ponto três da ordem de trabalhos, o **Professor António Costa Silva**, fez a apresentação do Modelo de funcionamento da CNA, colocando o mesmo à discussão.

**O Prof. Dr. José Apolinário** elogia o modelo apresentado, no entanto sugere que a ANMP seja integrada na comissão social.

**O Professor António Costa Silva** registou a sugestão.

**O Dr. António Saraiva** constata que os parceiros sociais e os membros da comissão permanente da concertação social, na proposta apresentada, estão apenas na comissão economia e empresas. Não entente o porquê, da não integração dos membros da comissão permanente da concertação social noutras comissões, como a do digital a do clima e energia, porque são dimensões que as empresas têm de incorporar e

ultrapassar. Sugerindo assim que os membros da comissão permanente da concertação social integrem as comissões do digital e do clima e energia.

**O Professor António Costa Silva** disse é uma sugestão importante. Refere, no entanto, que o princípio que utilizou foi “de quando todos fazemos tudo, depois é difícil fazer alguma coisa”, mas está disponível para acolher a proposta. O importante é que todos fiquem confortáveis com o modelo e possam trabalhar em conjunto e resolver os problemas.

**O Eng.º Júlio Pereira** saudou a proposta, referindo que os equilíbrios entre a representação total e a operacionalização que é necessária fazer pelos órgãos nem sempre são fáceis. Refere que o papel importante das CCDRs, por razões de natureza estratégica e operacional, terão na articulação dos diversos instrumentos de financiamento (Acordo de parceria 2021-27, PRR e ainda o PT2020) e por isso propõe que as CCDRs integrem, também, a comissão de economia e Empresas.

**O Professor António Costa Silva** disse estar sensível à questão de articulação entre os outros instrumentos financeiros, que é dos aspetos mais importantes face à dimensão dos desafios. Sobre a proposta irá ouvir as outras intervenções e no final chegar a um modelo que seja confortável para todos.

**O Dr. Vítor Proença** saúda o modelo apresentado, referindo que vê como algo extraordinariamente importante estas comissões especializadas, contudo alerta para a necessidade de haver uma liderança forte das comissões para que no final saia algo de produtivo e eficaz. Alerta, também, para os prazos extremamente curtos que o PRR tem.

**O Professor António Costa Silva** concordou que tem de haver lideranças fortes e responsabilidade individual, por isso é importante aprovar um modelo que todos se sintam confortáveis.

**A Arq. Teresa Almeida** propõe que as CCDRs integrem a comissão de economia e Empresas, tal como já tinha sido referido pelo representante da CCDRN.

**O Eng. Rogério Carapuça** concorda a posição do presidente da CIP.

**O Dr. Ribau Esteves** propõe que a ANMP integre todas as comissões, incluindo a Social e a Economia e Empresas que são as que não constam do mapa apresentado.

**O Padre Lino Maia** propõe que o setor social e solidário (a União das Misericórdias) integre a Comissão do Território, uma vez que tem instituições em todas as aldeias do País.

**A Dr.ª Cláudia Costa** também concordou com a proposta do presidente da CIP, no entanto, propõe ainda que no caso da CAP integre também a Comissão do Território.

Solicita um esclarecimento, no sentido de perceber se existe uma relação entre as Comissões especializadas e as componentes do PRR.

**O Professor António Costa Silva** esclareceu que de facto o modelo apresentado foi construído de acordo com as componentes do PRR. Disse ainda que iria analisar a proposta de integração da CAP em outras comissões.

**O Professor Carlos Rodrigues** apela a que haja um equilíbrio entre representatividade, capacidade de participação e operacionalidade de cada uma das comissões.

**A Dr.ª Isabel Damasceno** subscreve na íntegra o que os colegas das outras CCDRs disseram sobre a integração das mesmas, na comissão de Economia e Empresas. Refere ainda a importância que as CCDRs terão na operacionalização das coisas e assim contribuir para o sucesso do PRR.

**O Dr. António Abrantes** refere que concorda com as intervenções do presidente da CIP e da representante da CAP, uma vez que a sua representação nas comissões, em questão, é muito importante para o turismo.

**O Dr. Jorge Veloso** concorda com o modelo apresentado, no entanto propõe que a ANAFRE integre também a comissão Social.

**O Dr. Ceia da Silva** concorda com as intervenções dos quatro colegas das outras CCDRs, em que as CCDRs deverão estar nas cinco comissões.

**A Professora Teresa Sá Marques** considera que a comissão do território deveria ser mais rica ou diversificada na sua representação, assim propõe que o conselho económico e social e o conselho nacional de desenvolvimento sustentável, caso entendam, deveriam estar presentes nesta comissão, assim como todos os que queiram estar presente neste pilar, deverão ser bem vindos.

Sugere que o tema acolhimento empresarial mude de designação para inovação e acolhimento empresarial.

Relativamente ao tema habitação, recupera a proposta de juntar à habitação as questões sociais, sugerindo que a designação passe para habitação e social, de modo a ter maior abrangência.

**O Professor António Costa Silva** concordou com as propostas e esclarece que a CNADS já faz parte da comissão do território. Na apresentação é que faltava a letra A.

Sobre a questão do conselho económico e social terá de ver com o mesmo a sua integração.

**O Eng. José Manuel Fernandes** considera que a organização do CNA está excelente, no entanto há um fator que o preocupa, o tempo em que vai decorrer a aplicação do PRR,

sugerindo que todas as comissões deveriam trabalhar, em articulação com o presidente da CNA ou com a sua comissão permanente. Identifica, ainda a preocupação, com o que são os obstáculos que aparecem sobre as políticas governamentais, de qualquer governo, em relação à eficácia da aplicação das diferentes reformas ou políticas. A CNA poderia ajudar o Governo a reduzir fortemente estes obstáculos.

**O Professor António Costa Silva** concordou com a intervenção, acrescentando que “o nosso País é um enigma com as competências que temos e sobretudo a nível das empresas, com o é que temos, mas não conseguimos crescer mais. Por exemplo, as competências ao nível das universidades e do nosso sistema científico. Discutimos muito no País, como distribuir a riqueza e não discutimos o problema principal, que é como gerar riqueza. Não conseguiremos gerar riqueza sem remover esses custos de contexto, e termos um País muito mais operacional e que responda aos desafios.”

Assegurou que quando for preciso, fará tocar todas “as campainhas” de forma construtiva, a promover uma visão no sentido do PRR ser bem executado. Partilhou ainda, que o Primeiro-ministro lhe garantiu que estará sempre disponível para o ouvir.

**A Dr.ª Carla Tavares** sugeriu que as Áreas Metropolitanas pudessem, também, integrar o eixo social ou que o social pudesse estar junto à saúde e à habitação.

**O Professor José Manuel Mendonça** começou por secundar a intervenção do Eng. José Manuel Fernandes sobre os custos de contexto e informou que o conselho Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação enviou um pedido de reunião ao Primeiro-Ministro sobre a operacionalização do PRR, já com algumas sugestões concretas, nomeadamente a redução ao máximo da burocracia.

**O Dr. José Cortez** concordou com a proposta apresentada pelo presidente da CNA. Disse ainda que subscreve a intervenção do presidente da CIP e da representante da CAP, mas que vai ainda mais longe, e propõe que os parceiros sociais pudessem estar representados nas cinco comissões especializadas.

**O Dr. Tiago Cunha** começou por sugerir que os documentos apresentados, pudessem ter sido enviados junto com a convocatória, de forma a ter mais tempo para os apreciar. No seguimento das intervenções anteriores, alertou para o facto das comissões especializadas se tornarem plenários ou numa coisa perto disso, podendo assim, na própria operacionalização dos trabalhos, perder-se a eficácia pretendida. Conclui dizendo, que a proposta inicial apresentada, parece-lhe muito equilibrada.

**O Professor António Costa Silva** agradece muito a intervenção, e acrescenta que na origem da construção do modelo apresentado teve presente exatamente essa questão do equilíbrio entre representação e a operacionalização.

Assim propõe ao plenário que aprove as linhas gerais do modelo inicialmente apresentado e que irá refletir sobre todas as propostas que foram feitas, ficando o compromisso de fazer circular um novo documento, e com base nesse que se possa avançar.

**O Dr. Tiago Cunha**, no seguimento da intervenção do presidente da CNA, acrescenta que se para a CIP existem áreas que consideram prioritárias, o mesmo pode não ser coincidente para todos os parceiros sociais, e para a CGTP as questões da transição energética e da economia são muito importantes, mas se a questão for participar em três comissões, entre o digital, o social e o território, não iriam para o digital, por exemplo. Deixando assim o alerta para o equilíbrio que tem de haver.

**A Dr.ª Cláudia Costa** manifestou a preocupação ao analisar a proposta do modelo apresentado, por exemplo na comissão empresas e economia está a componente empresas4.0, o que acontece em simultâneo na comissão digital, colocando assim à reflexão, se faz sentido ter esta componente a ser discutida em duas comissões.

**O Professor António Costa Silva** transmitiu que da reflexão que fez, a componente empresas4.0 aparece na comissão empresas e economia, porque considera que as empresas têm de analisar, ver e seguir todo esse desenvolvimento. Referiu que o Eng. Rogério Carapuça que vai estar a coordenar a comissão do digital também manifestou o interesse em acompanhar a comissão empresas e economia, fazendo assim a interação necessária.

**O Dr. Rogério Cação** referiu que as entidades economia social e solidária estivessem também nas comissões digital, clima e energia e território.

**O Eng. Rogério Carapuça** pede para apresentar uma proposta de modelo diferente, suscitada pelas intervenções anteriores, onde se possa assumir que todas as comissões são o plenário. E na comissão permanente, constituída por cinco pessoas, onde será preparada uma reunião especializada que ocorrerá em plenário.

**O Professor António Costa Silva** considera que a intervenção é importante e na sequência da CGTP, isso são modelos de funcionamento onde repousam nos especialistas e depois remetem tudo para o plenário outro modelo é envolver os atores como está na sua proposta, que irá envolver mais gente e onde haverão mais interações. Acredita ser um modelo mais produtivo.

Coloca, novamente, à aprovação a arquitetura do modelo apresentado.

**O Professora Júlia Seixas** constata a ansiedade de todas as instituições querem estar representadas em todas as comissões, o que não lhe parece viável. Refere que talvez o que esteja a faltar, é conversar sobre o trabalho específico das comissões especializadas.



Concorda com o modelo apresentado pelo presidente da CNA, realçando que as comissões têm de ser ágeis por um lado e por outro tem de haver alguém a fazer trabalho de casa, construir modelos de monitorização, de acompanhamento de comunicação e promoção, que depois serão discutidos por todos em plenário. É importante ter noção das tarefas acometidas a essas comissões especializadas.

**O Professor António Costa Silva** considera importante os pontos levantados pela Professora Júlia Seixas, que estão ligados com a questão do ponto cinco, planeamento da próxima fase dos trabalhos e como vão articular isso.

Informou que a CNA irá ter um espaço no Palácio Foz, onde se poderão reunir e ter uma equipa de apoio, que já começou a reunir. Essa equipa de apoio irá trabalhar com as comissões e com a estrutura Recuperar Portugal.

Disse também que está a tratar de toda a logística necessário para que a CNA possa desenvolver o seu trabalho, nomeadamente ter acesso à informação do ponto de situação do PRR e dos projetos.

Conclui dizendo que o objetivo é aprovar em linhas gerais o modelo apresentado, a comissão permanente e as coordenações das comissões especializadas. E marcar para breve, já uma reunião da comissão permanente e das comissões especializadas.

**A Professora Maria de Lurdes Rodrigues** concorda com todas as questões propostas, referindo que não é pragmático imaginar comissões especializadas de grande dimensão. Apoiando assim a proposta inicialmente apresentada, incentivando até a diminuição dos membros das comissões especializadas.

**O Dr. António Saraiva** lançou um contributo para a reflexão. Reconhece que estão “demasiados em todas as comissões”, mas que a representatividade nestas comissões não está equilibrada, entre as entidades da administração pública e as da esfera privada.

**O Professor Pedro Dominginhos** referiu que serão confrontados, muito brevemente, com algumas manifestações de interesse já para projetos do PRR. Alertou para a necessidade de clarificar as regras que podem encontrar, visto que no PRR há um conjunto de área de manifestação de interesse que, depois, serão objeto de negociação. Temos de perder algum tempo, nesta fase, para que as regras sejam claras e transparentes, de forma a alcançar as metas que cada um dos programas ou subprograma tem.

Disse que é importante garantir que as regras, à priori, sejam conhecidas por todos e que não sejam depois, nas negociações das propostas de intenção que sejam concretizados objetivos, que podem não ir ao encontro da CNA.

**O Professor António Costa Silva** disse que era um alerta excelente e por isso mesmo é importante que comecem a trabalhar o mais rapidamente possível.

Considera que as agendas mobilizadoras têm de envolver as empresas. Estas necessitam que os avisos sejam feitos e que os critérios sejam bem definidos. Daí, a importância que a comissão economia e empresas comece já a funcionar, permitindo que a CNA possa intervir, recorrendo até à solicitação de audições a todas as entidades.

Referiu ainda, que é importante exercer uma influência que seja positiva e construtiva. E que tem a garantia que tudo o que saia da CNA será olhado e analisado, agora para que isso ocorra, é importante começar a trabalhar, estudando profundamente as matérias.

**O Professora Júlia Seixas** expôs a sua visão sobre o artigo quarto, onde considera dois pilares. Um relacionado com a comunicação/ promoção/ engajamento dos agentes económicos a este programa, outro relacionado com o acompanhamento da execução/ implementação. Disse que em primeiro lugar, se deve “arrancar com aquilo que são as competências e as tarefas da comissão permanente e das comissões especializadas” e como podem contribuir para dinamização do País e dos agentes económicos. Referiu ainda, que era importante numa próxima reunião ter alguém a explicar o modelo de funcionamento da comunicação.

**O Professor António Costa Silva** disse que tinha exatamente a mesma ideia, e logo que o Dr. Fernando Alfaiate tivesse preparado o modelo, virá apresentá-lo.

**O Eng. Rogério Carapuça** reforçou a posição da professora Júlia Seixas, relativamente à importância de se saber qual é efetivamente a “nossa missão”.

Identificou que um dos obstáculos que irão ter, ao analisar os documentos enviados da área do digital, é perceber o que as entidades que propuseram aquilo, querem mesmo fazer nalguns investimentos, dada a linguagem utilizada ser “muito redonda”. Por esse facto a CNA terá de perguntar, por diversas vezes, o que realmente lá está proposto. Na sua opinião, o trabalho das comissões especializadas será perceber o que está lá proposto, que indicadores vão ser relevantes para se perceber como está a ser executado, para que se possa intervir a tempo.

**A Professora Leonor Sopas** concordou essencialmente com o que foi dito, mas reforçou que por vezes por causa do prazo, as coisas avançam sem o devido conhecimento por pressão desse prazo. Dado que em algumas áreas já se sabe como vão funcionar, por exemplo os apoios às empresas, que passam por ser necessário preparar regulamentos e publicar avisos, daí ser de facto importante, de se saber o calendário com que isso será feito. Pode-se correr o risco de mais tarde, não ser possível incorporar pareceres, sugestões ou até construir sobre o que já se sabe.

Sobre a comunicação, considera importante comunicar com os cidadãos o que é que a CNA está a fazer e qual o progresso.

**O Professor António Costa Silva** respondeu que sobre a comunicação com o exterior, a CNA poderá ter uma plataforma eletrónica, onde se detalha os trabalhos. Em relação ao cronograma, irá insistir para ter essa informação.

Por fim pergunta se existe mais alguma questão. Não havendo, iremos avançar com base nas decisões hoje tomadas.

Dando assim por encerrada a reunião.





## Reunião Plenária

# Plano de Recuperação e Resiliência

## Comissão Nacional de Acompanhamento

Teatro Thalia, 18.jun.2021, 10h – 13h

1. Aprovação da Ata da reunião anterior
2. Aprovação do Regulamento Interno
3. Discussão e Aprovação do Modelo de funcionamento da CNA
4. Criação da Comissão Permanente e das Comissões Especializadas
5. Planeamento da próxima fase dos trabalhos
6. Outros assuntos

<https://www.google.com/maps/place/Teatro+Thalia/@38.7450187,-9.169346,15z/data=!4m5!3m4!1s0x0:0x9c8055589ce8a7f0!8m2!3d38.7450777!4d-9.169254>

1000 11 11 11

